



***AÇÕES AFIRMATIVAS E RELAÇÕES RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR:  
ACESSO, PERMANÊNCIA E EXPERIÊNCIAS***

***ACCIONES AFIRMATIVAS Y RELACIONES RACIALES EN LA  
EDUCACIÓN SUPERIOR: ACCESO, PERMANENCIA Y EXPERIENCIAS***

***AFFIRMATIVE ACTIONS AND RACIAL RELATIONS IN HIGHER  
EDUCATION: ACCESS, RETENTION AND EXPERIENCES***

*Luiz Gustavo Borges do Rosario <sup>1</sup>*

**RESUMO**

Este estudo analisa o impacto das políticas de ação afirmativa no ensino superior brasileiro, com ênfase na Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas), investigando seus efeitos na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), situada em Campos dos Goytacazes (RJ). O foco recai sobre o acesso, permanência e vivência acadêmica de estudantes negros cotistas. Com abordagem qualitativa, a pesquisa utilizou amostragem “bola de neve” e entrevistas semiestruturadas com estudantes de diferentes cursos que ingressaram através do sistema de cotas raciais. A análise, baseada em revisão bibliográfica e dados empíricos, apontou avanços na democratização do ensino superior, mas também desafios, como estigma e dificuldades na permanência. Desafios como a evasão estudantil e barreiras simbólicas destacam a necessidade de aprimoramento das políticas de permanência. Conclui-se que as ações afirmativas são indispensáveis para ampliar o acesso ao ensino superior e corrigir desigualdades históricas, mas ainda enfrentam limitações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ações afirmativas. Ensino superior. Lei de Cotas. Experiências estudantis.

**RESUMEN**

Este estudio analiza el impacto de las políticas de acción afirmativa en la educación superior brasileña, con énfasis en la Ley nº 12.711/2012 (Ley de Cuotas), investigando sus efectos en la Universidad Estatal del Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), situada en Campos dos Goytacazes (RJ). El enfoque se centra en el acceso, la permanencia y la experiencia académica de los estudiantes negros beneficiarios de las

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (LEPES/UFRJ).

cuotas. Con un enfoque cualitativo, la investigación utilizó el muestreo "bola de nieve" y entrevistas semiestructuradas con estudiantes de diferentes cursos que ingresaron a través del sistema de cuotas raciales. El análisis, basado en una revisión bibliográfica y datos empíricos, señaló avances en la democratización de la educación superior, pero también desafíos, como el estigma y dificultades en la permanencia. Retos como la deserción estudiantil y las barreras simbólicas destacan la necesidad de mejorar las políticas de permanencia. Se concluye que las acciones afirmativas son indispensables para ampliar el acceso a la educación superior y corregir desigualdades históricas, pero aún enfrentan limitaciones.

**PALABRAS-CLAVE:** Acciones afirmativas. Educación superior. Ley de Cuotas. Experiencias estudiantiles.

## ABSTRACT

This study analyzes the impact of affirmative action policies in Brazilian higher education, with an emphasis on Federal Law No. 12,711/2012 (Quota Law), investigating its effects at the State University of Northern Rio de Janeiro Darcy Ribeiro (UENF), located in Campos dos Goytacazes (RJ). The focus is on access, retention, and academic experiences of Black quota students. Using a qualitative approach, the research employed snowball sampling and semi-structured interviews with students from different courses admitted through the racial quota system. The analysis, based on a literature review and empirical data, highlighted progress in the democratization of higher education but also revealed challenges, such as stigma and difficulties in retention. Issues like student dropout rates and symbolic barriers emphasize the need to improve retention policies. It is concluded that affirmative actions are essential for expanding access to higher education and addressing historical inequalities, but they still face limitations.

**KEYWORDS:** Affirmative actions. Higher education. Quota Law. Student experiences.

\*\*\*

## Introdução

O ensino superior brasileiro, historicamente limitado a uma elite socioeconômica, tem experimentado significativas transformações desde o final do século XX, impulsionado por políticas públicas voltadas à inclusão social. Dentre essas iniciativas, a Lei nº 12.711/2012, amplamente conhecida como Lei de Cotas, destaca-se como um marco na democratização do acesso às instituições públicas de ensino superior. Esta legislação estabelece a reserva de no mínimo 50% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, considerando critérios adicionais de renda e autodeclaração racial, promovendo mudanças substanciais no perfil socioeconômico e racial dos discentes das universidades públicas.

A relevância deste estudo encontra-se na necessidade de avaliar os impactos das ações afirmativas como instrumentos de mitigação das desigualdades estruturais que

caracterizam a sociedade brasileira. Embora os avanços na inclusão de grupos historicamente marginalizados sejam notórios, persistem desafios relacionados à permanência dos estudantes beneficiados e à superação de barreiras culturais e simbólicas no ambiente universitário. Assim, compreender os efeitos e as limitações dessas políticas é indispensável para assegurar sua eficácia e fundamentar propostas de aprimoramento.

O objetivo deste trabalho é investigar os efeitos da Lei de Cotas no acesso, permanência e vivência acadêmica de estudantes da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), situada em Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro. A pesquisa busca identificar avanços na democratização do ensino, bem como os desafios enfrentados pelos estudantes cotistas, contribuindo para o debate sobre a inclusão social no ensino superior.

Para alcançar os objetivos propostos, foi adotada uma abordagem qualitativa, com a utilização da técnica de amostragem por “bola de neve” para a seleção dos participantes. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com discentes de diferentes cursos da UENF que ingressaram por meio da política de cotas raciais. Os dados obtidos foram analisados a partir de uma categorização temática, que permitiu explorar as percepções e experiências dos estudantes em relação ao acesso, à permanência e ao estigma associado à condição de cotista.

Adicionalmente, o estudo está fundamentado em uma revisão bibliográfica abrangente sobre políticas de ação afirmativa e os desafios enfrentados pelo ensino superior no Brasil. A integração de dados empíricos e referenciais teóricos possibilita uma análise crítica sobre os impactos da Lei de Cotas, com foco na construção de um sistema educacional mais justo e inclusivo. Dessa forma, a presente pesquisa busca contribuir com subsídios para o aprimoramento das ações afirmativas, fomentando a consolidação de um ensino superior que promova efetivamente a equidade social e racial.

## **O ensino superior brasileiro durante o século XX**

Ao abordar o ensino superior brasileiro, é importante reconhecer seu caráter tardio. Como destaca Eunice Durham (2003), enquanto colônias espanholas fundaram universidades desde o século XVI, vinculadas à Igreja e legitimadas por Bulas Papais, no Brasil a criação de instituições desse nível foi inviabilizada durante o período colonial. A elite brasileira buscava formação em instituições europeias, especialmente em Coimbra.

Mesmo com os esforços dos jesuítas, a criação de universidades em solo brasileiro foi sistematicamente impedida.

Somente em 1808, com a vinda da família real portuguesa, surgem as primeiras instituições de ensino superior no Brasil, como as Escolas de Cirurgia na Bahia e no Rio de Janeiro, e a Academia da Guarda Marinha. Dois anos depois, foi fundada a Academia Real Militar. A criação das primeiras faculdades de Direito, em São Paulo e Recife, ocorreu em 1827. No final do século XIX, foram criadas escolas como a Politécnica do Rio de Janeiro e a Escola de Engenharia de Ouro Preto, consolidando um modelo de ensino fragmentado em faculdades isoladas.

A primeira universidade brasileira só foi criada em 1920, com a fundação da atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, que unificou administrativamente escolas profissionais já existentes. Segundo Jurandir Araújo (2014), apesar da institucionalização, essa universidade manteve um viés elitista e uma estrutura voltada predominantemente para o ensino, com pouca integração entre ensino e pesquisa.

Durante a década de 1930, intensificou-se a disputa entre setores laicos e católicos pelo controle do sistema educacional. Como relata Antonio Martins (2002), o governo de Getúlio Vargas cedeu à pressão da Igreja Católica, permitindo a inclusão do ensino religioso nas escolas públicas e estimulando a criação de universidades confessionais. Ainda nesse período, Anísio Teixeira implantou a Universidade do Distrito Federal (1935), com foco na renovação cultural e na valorização da pesquisa, mas o projeto foi encerrado com a ascensão do Estado Novo, em 1937.

Entre os anos 1940 e 1960, movimentos de estudantes e docentes pressionaram por uma reforma universitária que rompesse com o modelo fragmentado e elitista. Essas ideias, influenciadas por Anísio Teixeira, ganharam nova força com Darcy Ribeiro, que liderou a criação da Universidade de Brasília (UNB), em 1961. A UNB foi a primeira universidade brasileira a adotar uma estrutura departamental e interdisciplinar, inspirada no modelo norte-americano, representando um marco na tentativa de democratização do ensino superior.

O golpe militar de 1964 trouxe retrocessos. Como aponta Melo (2019), medidas como os Decretos nº 4.464/64, nº 228/67 e nº 477/69 reprimiram o movimento estudantil e ampliaram o controle estatal sobre as universidades. Ainda assim, a Reforma Universitária de 1968, implementada sob o regime militar, produziu mudanças estruturais importantes: expandiu o número de vagas, fortaleceu os programas de pós-graduação e

definiu novos princípios organizacionais. Contudo, também promoveu perseguições políticas, aposentadorias compulsórias e censura sobre o conteúdo acadêmico.

A década de 1970 foi marcada pela intensificação da expansão do ensino superior. Entre 1960 e 1980, as matrículas passaram de 93.902 para mais de 1,3 milhão, com destaque para os anos de 1968, 1970 e 1971, que registraram as maiores taxas de crescimento (Melo, 2019). Já nos anos 1980, a expansão foi interrompida por conta da crise econômica e da ausência de políticas públicas estruturantes, o que resultou na estagnação do setor.

No final dos anos 1980, observa-se a consolidação do setor privado, que passa a ser dominado por instituições com fins lucrativos, voltadas à oferta em larga escala e com pouco compromisso com a pesquisa ou a qualidade do corpo docente (Durham, 2003). A partir de 1995, no governo FHC, reformas educacionais foram implementadas, promovendo mudanças nos mecanismos de financiamento, avaliação institucional e currículos dos cursos.

A promulgação da nova LDB, em 1996, representou um marco normativo ao definir que as universidades deveriam integrar ensino, pesquisa e extensão. A lei também instituiu avaliações periódicas e a exigência de credenciamento institucional. Essas medidas contribuíram para um aumento da responsabilidade e da qualidade do ensino superior, especialmente no setor público (Melo, 2019). Como explica Salata (2018), esse novo ciclo de expansão, iniciado nos anos 1990, foi acompanhado de políticas públicas voltadas à democratização do acesso, provocando mudanças significativas no perfil do corpo discente e nas dinâmicas institucionais.

### **Ações afirmativas no ensino superior brasileiro no século XXI**

As ações afirmativas no Brasil têm desempenhado um papel crucial na democratização do acesso ao ensino superior, sendo uma resposta às desigualdades históricas que marcam a sociedade brasileira. Essas políticas começaram a ganhar força no início do século 21, especialmente com iniciativas de reserva de vagas em universidades públicas. Inspiradas em experiências internacionais e na mobilização de movimentos sociais, as ações afirmativas foram implementadas com o objetivo de promover maior inclusão de grupos marginalizados, como estudantes de baixa renda, pretos, pardos e indígenas (Heringer, 2005).

Um marco inicial foi a adoção de cotas raciais e sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), ambas do estado do Rio de Janeiro, e pela Universidade Estadual da Bahia (UNEB) em 2002. Essas medidas pioneiras abriram o caminho para a criação de políticas similares em diversas instituições estaduais e federais, especialmente após debates acirrados sobre desigualdades raciais e sociais no Brasil (Heringer, 2014).

A Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, consolidou as ações afirmativas no Brasil, representando um marco na democratização do acesso ao ensino superior. Ela determina que no mínimo 50% das vagas em instituições federais sejam reservadas para estudantes de escolas públicas, com prioridade para pessoas de baixa renda e autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI), seguindo critérios proporcionais à composição demográfica local, conforme o IBGE. Essa legislação trouxe segurança jurídica às políticas afirmativas e foi decisiva para promover maior inclusão social e diversidade racial, alterando significativamente o perfil socioeconômico e racial dos discentes nas universidades públicas (Brasil, 2012). A implementação da Lei foi fundamental para alterar o perfil socioeconômico e racial dos discentes nas universidades públicas, promovendo maior inclusão social e diversidade racial.

Os impactos das ações afirmativas são evidentes. Entre 2001 e 2019, último ano antes da pandemia de Covid-19 e seus reflexos nas desigualdades sociais e educacionais, a proporção de estudantes pretos e pardos no ensino superior cresceu significativamente, de 10,2% para mais de 35%. Essa transformação redefiniu o perfil das universidades públicas, tornando-as mais alinhadas à diversidade racial e social do país (Rosana Heringer e Denise Carreira, 2022). Além disso, a presença de estudantes de baixa renda e de grupos historicamente marginalizados trouxe novas perspectivas acadêmicas e culturais, estimulando discussões sobre representatividade e justiça social.

Todavia, as ações afirmativas enfrentam desafios importantes, especialmente no que se refere à permanência dos estudantes beneficiados. Apesar de o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) ter contribuído para a construção de uma rede de suporte, os recursos disponíveis permanecem aquém das crescentes necessidades. Muitos estudantes enfrentam dificuldades com transporte, moradia e alimentação, o que contribui para elevados índices de evasão (Rosana Heringer, 2022). Além das limitações materiais, persistem barreiras simbólicas e culturais que afetam a vivência acadêmica. Relatos de preconceito e discriminação entre estudantes cotistas são frequentes, frequentemente gerando um sentimento de exclusão no ambiente universitário. Esses desafios destacam



a urgência de programas que, além de fornecerem apoio material, promovam um espaço acadêmico verdadeiramente inclusivo e acolhedor (Adriano Senkevics e Ursula Mello, 2019).

No futuro, o fortalecimento e a ampliação das políticas afirmativas serão essenciais. Uma das novas fronteiras é o acesso à pós-graduação, que ainda apresenta baixa presença de estudantes pretos, pardos e indígenas. Algumas universidades têm adotado iniciativas para reserva de vagas nesse nível, mas essas práticas precisam ser institucionalizadas em âmbito nacional (Heringer e Carreira, 2022). Outra questão relevante é a inserção no mercado de trabalho, que ainda apresenta mecanismos de discriminação que limitam as oportunidades para profissionais oriundos de grupos minoritários.

O impacto das políticas de inclusão também transformou o ambiente universitário. As universidades se tornaram espaços mais diversos e representativos, o que contribui para a troca de experiências culturais e a ampliação de perspectivas no âmbito acadêmico. Contudo, as desigualdades ainda se manifestam, com estudantes brancos e de classes sociais mais altas sendo sobre-representados em algumas áreas e instituições de maior prestígio. Adicionalmente, a Lei de Cotas homogeneizou os critérios de reserva de vagas em todo o país, criando um padrão mínimo que foi adotado por todas as instituições federais. Antes de sua promulgação, muitas universidades já implementavam políticas de ação afirmativa de maneira independente, mas com critérios variados, o que gerava desigualdades regionais na aplicação dessas políticas.

Os impactos positivos da Lei de Cotas não se limitam ao aumento do acesso. Ela também desempenha um papel crucial na diversificação do ambiente universitário. As universidades públicas, antes dominadas por estudantes brancos e de classes médias e altas, tornaram-se espaços mais representativos da diversidade social e racial do país. Isso não apenas contribui para a equidade educacional, mas também enriquece o ambiente acadêmico por meio da inclusão de diferentes perspectivas culturais e sociais.

Apesar das críticas iniciais, que argumentavam que a reserva de vagas poderia comprometer a qualidade do ensino, estudos mostram que os alunos beneficiados pela Lei de Cotas apresentam desempenho acadêmico comparável ao dos demais estudantes. Esse dado evidencia que a inclusão não prejudica o padrão educacional e reforça a importância de políticas afirmativas para corrigir desigualdades estruturais.

## As experiências dos estudantes cotistas

A pesquisa foi conduzida com estudantes de graduação da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), uma instituição pública de ensino superior em Campos dos Goytacazes, localizada ao norte fluminense. Os estudantes entrevistados foram selecionados por meio da técnica de amostragem bola de neve, um método amplamente utilizado em estudos qualitativos, especialmente quando se busca acessar populações específicas em um contexto delimitado. Essa abordagem permitiu identificar participantes de diferentes cursos da universidade investigada, garantindo diversidade nas perspectivas e experiências analisadas.

Todos os participantes ingressaram na universidade por meio da política de cotas raciais, sendo essa a característica central que orientou a escolha dos interlocutores. Para preservar a identidade dos entrevistados e assegurar o anonimato, foram utilizados nomes fictícios ao longo da pesquisa. A amostra incluiu estudantes de diferentes áreas do conhecimento: Carlos e Bianca, do curso de Engenharia Civil; Bruna, de Medicina Veterinária; Marina, de Zootecnia; Paula, de Administração Pública; Carolina, de Física; Yasmin, de Pedagogia; Lucas, de Agronomia; Paola, de Ciências Sociais; e Felipe, de Ciências Biológicas. Essa composição diversificada possibilitou uma análise abrangente sobre o impacto das cotas raciais em distintas trajetórias acadêmicas, bem como uma reflexão aprofundada sobre os desafios e conquistas relacionados à inclusão social no ensino superior público.

Os depoimentos coletados durante as entrevistas foram organizados em categorias analíticas, visando destacar aspectos centrais das percepções e experiências dos estudantes em relação às cotas raciais. Entretanto, optou-se por não transcrever todos os relatos na íntegra no corpo do texto. Essa decisão baseia-se em critérios metodológicos e analíticos que priorizam a representatividade e a diversidade das narrativas, sem comprometer a objetividade da análise.

A seleção dos relatos apresentados considerou aqueles que sintetizam as principais tendências e variações observadas nas respostas, evitando repetições e garantindo que as diferentes perspectivas sejam contempladas de forma clara e objetiva. Embora nem todos os depoimentos tenham sido incluídos diretamente no texto, eles foram analisados e utilizados para embasar as categorias e reflexões propostas, sendo fundamentais para a construção das interpretações e discussões.



Além disso, a escolha por não incluir todos os relatos também reflete a necessidade de respeitar os limites estruturais do texto, assegurando que a análise seja concisa e focada nos aspectos mais relevantes. Essa abordagem visa manter a fluidez do texto e a clareza argumentativa, sem desconsiderar a importância das experiências individuais que, mesmo não transcritas, contribuíram de maneira significativa para a compreensão do fenômeno estudado. As categorias analíticas foram estruturadas com o objetivo de organizar as diversas percepções e experiências dos estudantes em relação às cotas raciais, permitindo uma compreensão mais profunda dos impactos dessas políticas no acesso, permanência e identidade dos alunos.

As categorias estão divididas da seguinte forma: a primeira aborda as percepções sobre a importância das cotas raciais, destacando como os estudantes reconhecem as cotas como um mecanismo essencial de inclusão e justiça social. A segunda categoria, críticas e desafios na implementação das cotas, reúne relatos que apontam para questões de fiscalização e melhorias necessárias nas políticas afirmativas. A terceira categoria trata da permanência acadêmica e apoio financeiro, conectando o ingresso pelas cotas à necessidade de programas de assistência para garantir a continuidade dos estudos. E a quarta categoria, autoafirmação como cotista e estigmatização, explora como os estudantes se identificam como cotistas e como lidam com o estigma associado. Cada uma dessas categorias foi construída a partir de relatos selecionados, que ilustram de maneira representativa as principais questões e temáticas emergentes da pesquisa.

As cotas raciais emergem nos depoimentos como instrumentos indispensáveis para a democratização do acesso ao ensino superior. Os estudantes destacam que essas políticas afirmativas não apenas garantem o ingresso de grupos historicamente marginalizados, mas também funcionam como mecanismos de promoção da igualdade em uma sociedade profundamente desigual. As falas reforçam a importância das cotas como parte de um esforço maior para superar barreiras estruturais, valorizando a diversidade e a inclusão.

Os dados apresentados nos quadros estão fundamentados em uma análise crítica das cotas raciais como política pública de inclusão social, articulada a partir de conceitos teóricos sobre desigualdade e justiça social. De acordo com Nilma Lino Gomes (2017), as ações afirmativas devem ser compreendidas como medidas necessárias para corrigir desigualdades estruturais e históricas que afetam a população negra no Brasil. Nesse sentido, as cotas raciais não são privilégio, mas um mecanismo de justiça social que visa garantir acesso e oportunidades para grupos sistematicamente marginalizados. Essa

perspectiva é refletida nos relatos organizados no Quadro 1, que destacam a importância das cotas na democratização do acesso ao ensino superior e na promoção de uma sociedade mais equitativa.

**Quadro 1.** Percepções sobre a importância das cotas raciais.

| Estudante | Curso                | Depoimento  |
|-----------|----------------------|---|
| Bruna     | Medicina Veterinária | “Acho de suma importância, para tentar de uma certa forma uma equidade, apesar de não ser ainda o cenário ideal.” |
| Carlos    | Engenharia Civil     | “Sem dúvidas essas políticas mudam as vidas das pessoas, principalmente das pessoas negras.”                      |
| Yasmin    | Pedagogia            | “São o que garantem um pouco de igualdade em nossa sociedade tão desigual.”                                       |
| Paola     | Ciências Sociais     | “Fundamentais. São a partir delas que ocorre a inclusão da população negra em várias áreas.”                      |
| Felipe    | Ciências Biológicas  | “Percebo como importante. É uma forma de reduzir a desigualdade no Brasil.”                                       |

**Fonte:** Elaboração própria (2025).

Esses depoimentos demonstram como os estudantes reconhecem as cotas raciais como um direito que promove a inclusão e rompe com barreiras históricas. Além disso, a ênfase na necessidade de reduzir desigualdades evidencia um entendimento coletivo do papel transformador das ações afirmativas no cenário educacional e social.

Apesar do reconhecimento unânime da importância das cotas raciais, alguns depoimentos revelam preocupações sobre a eficácia de sua implementação. Questões como fraudes e a necessidade de ajustes para aprimorar essas políticas são apontadas pelos estudantes, indicando desafios que ainda precisam ser enfrentados pelas instituições.

No Quadro 2, que explora as críticas e desafios das cotas, os depoimentos encontram ressonância em Fátima Bayma (2012), ao apontar que, embora as ações afirmativas sejam essenciais, elas precisam ser continuamente avaliadas e aprimoradas.

**Quadro 2.** Críticas e desafios na implementação das cotas.

| Estudante | Curso                 | Depoimento   |
|-----------|-----------------------|--|
| Paula     | Administração Pública | “Concordo [com as cotas], entretanto, observei muitos casos de fraudes, mas nada aconteceu.” |

|        |                  |   |
|--------|------------------|---|
| Carlos | Engenharia Civil | “Regulares (...) Sei que são importantes, mas poderiam ser melhoradas.” |
|--------|------------------|---|

**Fonte:** Elaboração própria (2025).

Essas críticas destacam a importância de um monitoramento mais rigoroso das cotas e de ações institucionais que assegurem sua legitimidade e impacto positivo. Além disso, as observações indicam que a política deve ser acompanhada de melhorias contínuas, especialmente em termos de fiscalização e eficácia. A fragilidade na fiscalização, mencionada por alguns estudantes, reforça a necessidade de políticas públicas mais robustas e transparentes, garantindo a legitimidade das cotas e seu impacto transformador.

A relação entre cotas raciais e permanência acadêmica aparece como um aspecto central nos depoimentos. Os estudantes destacam que, além de garantirem o ingresso, as cotas são complementadas por políticas de assistência, como bolsas de estudo, que se mostram indispensáveis para possibilitar a continuidade dos estudos em contextos de vulnerabilidade socioeconômica.

O Quadro 3 evidencia o vínculo entre as cotas e a permanência acadêmica, corroborando a análise de Heringer (2018), que afirma que as ações afirmativas devem ser acompanhadas por políticas de permanência estudantil para assegurar a conclusão dos cursos. Programas como bolsas de auxílio, mencionados pelos estudantes, são essenciais para evitar a evasão de alunos cotistas e promover sua integração plena no ambiente universitário.

**Quadro 3.** Permanência acadêmica e apoio financeiro.

| Estudante | Curso                | Depoimento   |
|-----------|----------------------|--|
| Bruna     | Medicina Veterinária | “Se não fosse as cotas, não conseguiria me manter em Campos [...] Acumular bolsas é fundamental.”  |
| Marina    | Zootecnia            | “Por mais que tenha menos vagas para as cotas, as notas são menores, então foi pela nota que me motivou e também pela ajuda de custo que a cota tem.”            |
| Carolina  | Física               | “A educação pública ainda é muito desigual à educação privada. A UENF em si dá grandes oportunidades para os alunos cotistas, no geral é uma ótima experiência.” |

**Fonte:** Elaboração própria (2025).

Esses relatos mostram que o sucesso das políticas de ação afirmativa não pode ser avaliado apenas pelo acesso, mas também pela capacidade de manter os estudantes na universidade. A permanência acadêmica é percebida como um desafio que exige o fortalecimento de programas de apoio financeiro e de inclusão social.

A identificação como cotista no ambiente universitário revela diferentes posicionamentos entre os estudantes. Enquanto alguns demonstram orgulho e naturalidade ao se declarar cotistas, outros refletem sobre o estigma associado a essa condição, questionando as desigualdades simbólicas que ainda permeiam o espaço acadêmico.

**Quadro 4.** Autoafirmação como cotista e estigmatização.

| Estudante | Curso               | Depoimento  |
|-----------|---------------------|---|
| Felipe    | Ciências Biológicas | “Só falo se alguém perguntar. O pessoal de ampla não fica falando o tempo todo, então por que eu?”                                |
| Yasmin    | Pedagogia           | “No começo tinha vergonha, mas depois que comecei a entender do assunto, vi que não tinha motivo.”                                |
| Paola     | Ciências Sociais    | “Ser cotista não faz eu ou qualquer outra pessoa inferior, só mostra que mesmo com desafios, consegui chegar ao ensino superior.” |

**Fonte:** Elaboração própria (2025).

O Quadro 4, por sua vez, aborda a autoafirmação como cotista e os desafios do estigma, tema amplamente discutido por Elisa Ribeiro et al. (2014). Esses autores destacam que, embora as cotas promovam inclusão, os cotistas ainda enfrentam discriminação e estereótipos no espaço acadêmico, o que pode impactar sua experiência e desempenho. As falas dos estudantes refletem a tensão entre o orgulho de ser cotista e a resistência a uma etiqueta que, muitas vezes, carrega conotações negativas.

### Considerações finais

As experiências dos estudantes cotistas, conforme analisadas neste estudo, evidenciam a relevância e os desafios das políticas de ação afirmativa no contexto do ensino superior brasileiro. Os relatos coletados demonstram que as cotas raciais não apenas ampliaram o acesso às universidades, mas também desempenharam papel

fundamental na promoção da equidade e na valorização da diversidade racial e social no ambiente acadêmico.

Tais depoimentos revelam que as cotas são amplamente reconhecidas pelos estudantes como instrumentos imprescindíveis para a democratização do ensino superior, uma vez que possibilitam o ingresso de grupos historicamente marginalizados em um espaço historicamente marcado pela exclusividade de uma elite privilegiada. No entanto, as vivências analisadas indicam que os desafios enfrentados por esses estudantes extrapolam o momento de ingresso e perpassam toda a trajetória acadêmica, com especial ênfase nas dificuldades relacionadas à permanência.

A permanência acadêmica se constitui, portanto, como um dos principais pontos de tensão. Diversos estudantes enfrentam limitações financeiras significativas, que dificultam o custeio de despesas básicas, como alimentação, transporte, moradia e aquisição de materiais didáticos. Embora políticas como o PNAES representem avanços nesse campo, a insuficiência de recursos e a desigual distribuição dos benefícios ainda comprometem sua eficácia. Nesse sentido, torna-se premente a ampliação do financiamento público para assistência estudantil, bem como a reformulação dos critérios de acesso e permanência, com vistas à criação de bolsas específicas para estudantes cotistas, expansão de residências universitárias, fornecimento de alimentação gratuita em restaurantes universitários e subsídios ao transporte.

Adicionalmente, os obstáculos enfrentados por esses estudantes não se restringem às limitações materiais. É recorrente a presença de barreiras simbólicas e subjetivas, como o estigma associado à condição de cotista, bem como episódios de preconceito e discriminação racial. Tais aspectos evidenciam a necessidade de políticas institucionais mais incisivas de enfrentamento ao racismo estrutural no interior das universidades. Entre as medidas recomendadas, destaca-se a criação de núcleos permanentes de acolhimento e acompanhamento psicossocial para estudantes negros e cotistas; a oferta de formações continuadas para docentes, técnicos e gestores com foco em relações raciais e práticas antirracistas; e a implementação de ouvidorias específicas para acolhimento e encaminhamento de denúncias de discriminação racial. A adoção de planos institucionais de equidade racial, com metas, cronogramas e recursos orçamentários próprios, constitui passo decisivo na consolidação de um ambiente universitário verdadeiramente inclusivo.

Ao mesmo tempo, os relatos dos estudantes evidenciam que a política de cotas também contribui para o fortalecimento das identidades étnico-raciais e para a resignificação da trajetória acadêmica e pessoal desses sujeitos. Muitos demonstram que

o ingresso por meio das ações afirmativas permitiu o reconhecimento e a valorização de suas histórias, culturas e experiências, promovendo um sentimento de pertencimento e autoestima. Tal dimensão reforça o potencial transformador das políticas de ação afirmativa e sinaliza a importância de valorização e fortalecimento dos coletivos estudantis negros, dos grupos de pesquisa e extensão voltados às temáticas étnico-raciais, bem como da inclusão da história e cultura afro-brasileira nos currículos universitários, conforme previsto na legislação vigente.

As trajetórias analisadas reforçam a centralidade das políticas de ação afirmativa na construção de um ensino superior mais equânime, democrático e plural. Contudo, para que tais políticas cumpram plenamente seu papel, é imprescindível que as instituições de ensino superior transcendam a lógica do acesso e assumam a permanência estudantil e o combate ao racismo institucional como eixos estruturantes de sua missão. Somente por meio de ações articuladas e contínuas, que considerem as especificidades e complexidades das trajetórias dos estudantes cotistas, será possível consolidar a universidade pública como um espaço de justiça social, reparação histórica e promoção da igualdade racial.

## Referências

ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Educação e desigualdade: a conjuntura atual do ensino público no Brasil. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, v. 2, n. 3, p. 125-157, 2014.

BAYMA, Fátima. Reflexões sobre a constitucionalidade das cotas raciais em universidades públicas no Brasil: referências internacionais e os desafios pós julgamento das cotas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 75, p. 325-346, abr./jun. 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo – USP, 2003. Disponível em: <https://sites.usp.br/nupps/wp-content/uploads/sites/762/2020/12/dt0303.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas experiências. **Currículo sem Fronteiras**, v. 17, n. 2, p. 208-226, 2017.

HERINGER, Rosana. Um balanço das políticas de ação afirmativa no Brasil: 1995-2005. **Advir**, Rio de Janeiro, ASDUERJ, v. 19, p. 51-54, 2005.



HERINGER, Rosana. Um balanço de 10 anos de políticas de ação afirmativa no Brasil. **Tomo**, Sergipe, UFS, v. 1, p. 13-29, 2014.

HERINGER, Rosana. **Educação superior no Brasil contemporâneo: estudos sobre acesso, democratização e desigualdades**. 1. ed. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da UFRJ, 2018.

HERINGER, Rosana. Ação afirmativa e igualdade racial no ensino superior brasileiro no período 2005-2022. **Advir**, n. 43, p. 07-14, 2022.

HERINGER, Rosana; CARREIRA, Denise (orgs.). **10 anos da Lei de Cotas: conquistas e perspectivas**. Rio de Janeiro/São Paulo: Faculdade de Educação da UFRJ/Ação Educativa, 2022. 629 p.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17, p. 04-06, 2002.

MELO, Gilza Carla Temoteo. **Acesso, permanência e perspectivas de futuro: os enfrentamentos dos(as) jovens do vestibular social da PUC Goiás**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

RIBEIRO, Elisa Maria Barbosa de Amorim et al. A convivência entre estudantes cotistas e não cotistas na Universidade Federal da Bahia. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 14., 2014, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

SALATA, André. Ensino superior no Brasil das últimas décadas: redução nas desigualdades de acesso? **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 30, n. 2, p. 219-253, maio/ago. 2018.

SENKEVICS, Adriano Souza; MELLO, Ursula Mattioli. O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas? **Cadernos de Pesquisa**, v. 49, n. 172, p. 184-208, abr. 2019.

Recebido em março de 2025.

Aprovado em maio de 2025.